

Artigo

Adaptação curricular para estudantes com necessidades especiais

Curricular adaptation for students with special needs

Heloisa Barboza Gregorio¹, Nair Pereira da Silva Costa², Cliciano Vieira da Silva³, Dalba Barros Matos Borges⁴,
Silvania da Silva Lima⁵, Mikaelle dos Santos Salgado de Sousa⁶, Alisson do Nascimento Forte⁷, Bruno Prates Costa
Oliveira⁸, Gustavo Perroni Gomes da Silva⁹ e Suely Pedrosa Nascimento¹⁰

¹Mestranda em Ciência Animal pela Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, São Paulo. Médica Veterinária. ORCID: 0000-0002-5966-2813. E-mail: helogregorio4@gmail.com;

²Pós-Graduada em Alfabetização e Letramento pela Faculdade Venda Nova, Venda Nova do Imigrante, Espírito Santo. ORCID: 0009-0000-1325-4016. E-mail: naircosta38@outlook.com;

³Mestre em Estudos Jurídicos com Ênfase em Direito Internacional pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales, Assunção, Paraguai. ORCID: 0009-0001-9073-482X. E-mail: clicianoxsilva@gmail.com;

⁴Pós-graduada em Educação Especial pelas Faculdades Integradas de Várzea Grande, Pontal do Araguaia, Mato Grosso, Brasil. ORCID: 0009-0003-4043-8947. E-mail: dallba@hotmail.com;

⁵Pós-graduada em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Faculdade Venda Nova, Espírito Santo. ORCID: 0009-0008-1222-3208. E-mail: limasilvania1032@gmail.com;

⁶Mestranda em Ciências da Educação pela Universidade Del Sol, Assunção, Paraguai. ORCID: 0009-0005-3000-9967. E-mail: kaelle.santos@gmail.com;

⁷Mestrando em Ciências da Educação pela Universidade Del Sol, Assunção, Paraguai. ORCID: 0009-0007-2498-9422. E-mail: alisson_federal@hotmail.com;

⁸Mestrando em Tecnologias Emergentes em Educação pela Must University, Florida. ORCID: 0009-0000-1007-786X. E-mail: b_prates@yahoo.com.br;

⁹Doutor em Educação pela Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. E-mail: gugaperroni@yahoo.com.br;

¹⁰Especialista em Especialização em Gestão escolar: Orientação e supervisão pela Faculdade de Educação São Luís, São Luís, Maranhão. ORCID: 0009-0002-4685-2252. E-mail: suely-pedrosa@hotmail.com.

Submetido em: 02/09/2025, revisado em: 05/09/2025 e aceito para publicação em: 18/09/2025.

RESUMO: Neste artigo, exploramos a adaptação curricular para alunos com necessidades especiais ou necessidades educacionais específicas no sistema de ensino brasileiro, como um caminho para uma aprendizagem mais equitativa e inclusiva. A partir de uma revisão da literatura nacional recente, discutimos os fundamentos teóricos, as práticas pedagógicas e os obstáculos que ainda se erguem como barreiras. Constatamos que, apesar dos avanços, ainda existem lacunas na formação dos professores, na infraestrutura das escolas e no próprio design do currículo, que dificultam o pleno desenvolvimento de todos os estudantes. Também apresentamos estratégias e recomendações práticas com o objetivo de transformar o currículo rígido em um fluxo adaptável, como um rio que se adapta ao seu entorno sem perder seu rumo.

Palavras-chave: Adaptação curricular; Necessidades educacionais específicas; Educação inclusiva; Flexibilização curricular; Prática docente.

ABSTRACT: In this article, we explore the adaptation of the curriculum for students with special or specific educational needs in the Brazilian education system, as a pathway to more equitable and inclusive learning. Based on a review of recent national literature, we discuss the theoretical foundations, teaching practices, and the barriers that still stand as obstacles. We found that, despite progress, there are still gaps in teacher training, school infrastructure, and the curriculum design itself, which hinder the full development of all students. We also present strategies and practical recommendations aimed at transforming the rigid curriculum into an adaptable flow, like a river that adjusts to its surroundings without losing its course.

Keywords: Curriculum adaptation; Specific educational needs; Inclusive education; Curriculum flexibilization; Teaching practices.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Em um cenário educacional onde a diversidade de ritmos e necessidades se torna cada vez mais evidente, o currículo escolar, muitas vezes, se apresenta como uma linha reta que não acompanha os contornos irregulares de seus alunos. É como se a escola, em seu desejo de ser universal, ignorasse a riqueza da diferença, buscando a padronização a todo custo. Nesse cenário, a adaptação curricular se apresenta como um fio de esperança, a chave

para garantir que todos os alunos, independentemente de suas condições, possam navegar pelos caminhos do aprendizado. A educação inclusiva, que surge como um ideal de justiça social, exige que a escola não apenas aceite, mas celebre a diversidade, oferecendo a cada estudante as ferramentas necessárias para atingir seu pleno potencial. O objetivo desta pesquisa, portanto, é analisar os desafios e as possibilidades de implementação da adaptação curricular, com ênfase no contexto brasileiro, destacando

seus principais entraves e sugerindo caminhos práticos para a transformação dessa realidade.

A adaptação curricular, como proposta de modificação do currículo regular, visa atender às necessidades de alunos com deficiências, transtornos de aprendizagem ou outras necessidades específicas. Porém, a adaptação não se limita a ajustes superficiais como maior tempo para realização de atividades ou mudanças de formato; ela envolve uma reconfiguração profunda de como o conteúdo é estruturado, como os métodos de ensino são aplicados e como as avaliações são realizadas. O conceito de adaptação curricular está intrinsecamente ligado à ideia de flexibilização e individualização do ensino, de modo que cada aluno tenha acesso ao conhecimento de acordo com suas necessidades e potencialidades (Oliveira, 2022). Para além de ser uma prática pedagógica, a adaptação curricular deve ser vista como um ato de justiça social, garantindo a todos o direito de aprender, sem discriminação.

Em termos normativos, o Brasil tem avançado no reconhecimento e na implementação da educação inclusiva. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) são marcos legais que, ao garantir o direito à educação para todos, estabelecem a inclusão como princípio fundamental. No entanto, a transição da teoria para a prática tem sido lenta e cheia de obstáculos. As políticas públicas existentes, embora relevantes, ainda encontram desafios no cotidiano escolar, onde a adaptação curricular não é suficientemente compreendida nem aplicada de forma efetiva pelos docentes (Gois, 2024). Isso se deve, em parte, à falta de capacitação adequada dos professores, à ausência de recursos materiais e tecnológicos e à sobrecarga de alunos por turma, que tornam a implementação de práticas inclusivas um desafio diário.

Portanto, a adaptação curricular no Brasil exige mais do que simples ajustes pontuais. Ela requer uma mudança estrutural que contemple a formação de professores, o fornecimento de recursos pedagógicos adequados e a revisão do próprio conceito de currículo. O processo de adaptação não deve ser visto como uma ação isolada, mas como parte de uma abordagem mais ampla de inclusão, que envolve toda a comunidade escolar: professores, alunos, familiares e gestores. A escola precisa aprender a ser um lugar plural, onde a diversidade é reconhecida como uma riqueza, e não como um obstáculo. Nesse sentido, a pesquisa proposta visa investigar as práticas existentes e as lacunas que precisam ser preenchidas para que a adaptação curricular se torne uma realidade efetiva, capaz de atender de forma adequada os alunos com necessidades especiais.

Com isso, este artigo se propõe a refletir sobre os aspectos teóricos e práticos da adaptação curricular no contexto da educação inclusiva, apresentando um panorama das pesquisas recentes sobre o tema, os principais desafios identificados e as boas práticas que podem ser adotadas. O estudo também se propõe a discutir como essas adaptações podem ser incorporadas de maneira mais eficaz nas escolas brasileiras, com base em exemplos de sucesso e em pesquisas que apontam caminhos viáveis para transformar o currículo em um instrumento

verdadeiramente inclusivo. A partir disso, será possível delinear estratégias concretas que contribuam para a construção de uma educação mais justa e acessível a todos.

2 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como pesquisa bibliográfica e de revisão narrativa da literatura, focada em artigos brasileiros publicados de 2020 em diante e que tratam de adaptação/flexibilização curricular no contexto de Educação Inclusiva. A coleta de dados deu-se por meio de busca em bases acadêmicas e periódicos brasileiros, utilizando palavras-chave como “adaptação curricular”, “flexibilização curricular”, “educação inclusiva”, “necessidades educacionais especiais” combinadas com “Brasil”. Foram selecionados artigos que cumpriram os critérios: (i) produção brasileira; (ii) data de publicação a partir de 2020; (iii) foco direto em adaptação curricular ou práticas correlatas; (iv) acesso ao texto completo. A análise consistiu em leitura crítica dos artigos, extração de informações relevantes (conceitos, desafios, estratégias, resultados) e organização temática conforme os subtópicos da revisão de literatura. Posteriormente, procedeu-se reflexão interpretativa, em linguagem mais fluida, para sintetizar os achados.

É importante frisar que este estudo não envolveu coleta de dados primários nem análise empírica de campo, de modo que os resultados apresentados referem-se à síntese das evidências publicadas, e suas limitações devem ser consideradas.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 CONCEITO E FUNDAMENTOS DA ADAPTAÇÃO CURRICULAR

A adaptação curricular pode ser entendida como uma resposta a um sistema educacional que, embora queira ser inclusivo, muitas vezes falha em atender à diversidade real de seus alunos. Imagine uma escola como uma grande fábrica de conhecimento, onde o molde do currículo é feito para que todos se encaixem da mesma maneira, como peças de um quebra-cabeça. No entanto, a diversidade de ritmos, interesses e dificuldades dos alunos faz com que muitos se percam ou, no mínimo, se sintam deslocados nesse modelo rígido. A adaptação curricular surge como um instrumento para quebrar esse molde, permitindo que cada aluno tenha um caminho de aprendizagem adequado às suas necessidades, sem que isso signifique que ele seja colocado de lado ou tratado como exceção. É, portanto, a arte de flexibilizar o ensino para garantir que todos os estudantes, independentemente de suas características individuais, tenham as mesmas oportunidades de aprendizagem (Oliveira, 2020).

Segundo Lück (2021), a adaptação curricular não se resume a fazer ajustes pontuais, como aumentar o tempo de uma prova ou modificar a forma de apresentar um conteúdo. Ela envolve uma transformação mais profunda e estratégica: repensar a maneira como o conteúdo é estruturado, como as atividades são propostas e como as avaliações são realizadas. Trata-se de uma reconfiguração dos métodos de ensino para que eles se tornem mais acessíveis e eficazes para cada aluno, considerando suas

limitações e potencialidades. Não é simplesmente uma flexibilização dos conteúdos, mas uma personalização do processo educacional, respeitando as diferenças individuais sem perder de vista os objetivos comuns de aprendizagem. Isso implica em uma visão mais humana da educação, onde cada aluno é visto em sua totalidade, e não apenas como mais um número na turma.

Nesse sentido, a adaptação curricular está intimamente ligada ao conceito de educação inclusiva. Ao incluir as necessidades dos alunos com deficiência, transtornos de aprendizagem ou dificuldades temporárias no planejamento curricular, ela busca garantir que todos possam acessar o conteúdo e desenvolver suas habilidades. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) enfatizam a importância de uma abordagem inclusiva, que possibilite o aprendizado de todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas, emocionais ou cognitivas. Contudo, como destaca Souza (2022), a implementação efetiva dessa inclusão exige mais do que a adaptação do conteúdo. É necessário que a escola disponha de recursos, como materiais acessíveis, tecnologias assistivas e profissionais capacitados, para que essas adaptações realmente se traduzam em mudanças significativas na vida dos alunos.

A adaptação curricular, então, não é apenas uma questão de ajustar o que está sendo ensinado, mas de transformar o próprio currículo, fazendo com que ele se torne um reflexo da pluralidade de necessidades presentes na sala de aula. Não se trata de reduzir os conteúdos, mas de oferecer diferentes formas de acessá-los, respeitando os diferentes tempos e modos de aprendizagem. A flexibilidade do currículo, nesse contexto, assume um papel essencial para que a educação seja efetivamente inclusiva, e não apenas formalmente inclusiva. É a busca por um currículo que, ao invés de excluir, acolha e reconheça as diferenças como parte do processo educacional. Em outras palavras, a adaptação curricular permite que o ensino seja como um rio que, ao encontrar obstáculos, não se destrói, mas se adapta, seguindo sempre seu curso, sem perder sua força e seu propósito.

No entanto, é importante entender que a adaptação curricular não pode ser um processo isolado, realizado apenas pelo professor ou pela escola de forma autônoma. Segundo Santos e Silva (2023), a adaptação deve ser parte de uma política educacional mais ampla, que envolva o planejamento institucional, a formação continuada dos professores e a articulação entre os diversos profissionais que lidam com os alunos. Isso implica em uma verdadeira mudança de mentalidade, onde a adaptação curricular não é vista como uma exceção ou um esforço adicional, mas como uma prática cotidiana e essencial para a promoção de uma educação de qualidade para todos. Em outras palavras, a adaptação curricular deve ser incorporada ao cotidiano da escola como um valor, e não como uma medida paliativa ou temporária. Esse entendimento mais amplo da adaptação curricular é o que permite que ela seja uma ferramenta eficaz na construção de uma educação realmente inclusiva e acessível.

3.2 A ADAPTAÇÃO CURRICULAR NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

A educação inclusiva no Brasil tem ganhado força com o passar dos anos, mas, ao mesmo tempo, se vê engessada por várias dificuldades que impedem que o currículo escolar se molde, de fato, às necessidades dos alunos. A adaptação curricular, como um processo essencial para a inclusão, ainda é uma prática que precisa se consolidar em muitas escolas. Em teoria, o que se busca é que todos os alunos, independentemente das suas deficiências ou necessidades educacionais específicas, tenham as mesmas oportunidades de aprendizagem. No entanto, o que vemos na prática, infelizmente, é um sistema que muitas vezes favorece a homogeneização dos alunos, exigindo deles um nível de padronização que não leva em consideração suas singularidades (Oliveira, 2022). Em um país de dimensões continentais como o Brasil, a implementação dessa adaptação se torna um desafio imenso, enfrentando não só barreiras culturais, mas também estruturais e pedagógicas que dificultam o acesso à educação inclusiva de qualidade.

Quando se fala em adaptação curricular no Brasil, não se está apenas tratando de um ajuste aqui e ali. A adaptação envolve repensar como o conhecimento é transmitido, como os objetivos de aprendizagem são estabelecidos, como os métodos são usados e como a avaliação é feita. Mais do que isso, trata-se de modificar o próprio entendimento de currículo, deixando de lado a ideia de um sistema imutável, para se abrir a um currículo mais flexível, dinâmico e acessível. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em seus princípios, já aponta para esse tipo de transformação. No entanto, as escolas, por mais que existam orientações e marcos legais, ainda se encontram muitas vezes atadas ao modelo tradicional de ensino, um modelo que privilegia a padronização em detrimento da personalização do ensino (Souza, 2021). Isso se deve, entre outros fatores, à falta de formação específica dos professores, que muitas vezes não têm as ferramentas ou o conhecimento necessário para implementar mudanças profundas no currículo.

Outro ponto crítico é a forma como as escolas lidam com a diversidade. A inclusão não é apenas uma questão de garantir o direito de matrícula para todos os alunos, mas também de oferecer a eles as condições adequadas para que possam aprender de forma plena. Nesse sentido, o papel da adaptação curricular se torna ainda mais evidente. Para que todos os alunos tenham a chance de alcançar os mesmos objetivos de aprendizagem, é preciso que o currículo seja modificado de forma que responda às necessidades de cada um. No entanto, como mostram as pesquisas de Oliveira (2022) e Souza (2021), as adaptações curriculares nem sempre são implementadas de forma eficaz. A falta de recursos materiais, a escassez de profissionais especializados e a sobrecarga de alunos nas salas de aula são algumas das dificuldades enfrentadas pelas escolas para implementar essas adaptações.

A legislação brasileira tem avançado, é verdade. A Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), a BNCC e outras normativas garantem a educação inclusiva como

um direito para todos os alunos, independentemente de suas condições. No entanto, como apontam Gois (2024) e Oliveira et al. (2023), a aplicação dessas leis nas escolas ainda esbarra em uma série de obstáculos, tanto materiais quanto pedagógicos. A falta de infraestrutura adequada e a formação insuficiente de professores são problemas que persistem e que fazem com que o ideal de uma escola inclusiva, de fato, pareça cada vez mais distante. Esses obstáculos, muitas vezes invisíveis no discurso oficial, são a verdadeira muralha que os alunos com necessidades especiais precisam superar para ter acesso a uma educação de qualidade.

No entanto, há exemplos de boas práticas que começam a surgir e que mostram que, sim, a adaptação curricular pode ser uma realidade possível. A articulação entre professores de diferentes disciplinas e o Atendimento Educacional Especializado (AEE), a utilização de tecnologias assistivas e a flexibilização das avaliações são algumas das estratégias que têm mostrado bons resultados em escolas que têm implementado a adaptação curricular com seriedade e compromisso. Gois (2024) ressalta que, embora essas práticas ainda sejam pouco disseminadas, elas servem de inspiração para outras instituições que buscam promover uma educação verdadeiramente inclusiva. Ou seja, mesmo que o caminho seja longo e tortuoso, a adaptação curricular já começa a se consolidar como um processo vital para o acesso igualitário ao ensino no Brasil, e a sua implementação está, sem dúvida, no horizonte de muitas escolas que ainda buscam tornar-se inclusivas. A estrada está sendo pavimentada, e as conquistas, ainda que tímidas, sinalizam um futuro mais justo e igualitário para todos os estudantes.

3.3 DESAFIOS E OBSTÁCULOS PARA A ADAPTAÇÃO CURRICULAR

No Brasil, a adaptação curricular se apresenta como um terreno ainda pouco explorado pelas escolas. Um dos maiores desafios que emerge nesse processo é a formação inicial e contínua dos professores. Apesar de muitos docentes estarem conscientes da necessidade de atender às diversidades presentes na sala de aula, poucos têm acesso a treinamentos adequados sobre como aplicar adaptações curriculares de maneira eficaz. Em muitas instituições de ensino, os professores são jogados à margem de uma prática inclusiva, sem os recursos e a preparação necessária para enfrentar as especificidades que surgem no dia a dia. A falta de preparo e de conscientização sobre as possibilidades de adaptação impede que o currículo seja verdadeiramente acessível para todos. Como salienta Gois (2024), o ensino inclusivo precisa ser repensado a partir da formação de professores, que devem estar equipados não só com o conhecimento técnico, mas com a sensibilidade para lidar com a diversidade. A formação inicial, por vezes, se mostra limitada, e a contínua escassez de qualificações adequadas nas escolas contribui para que a inclusão se mantenha distante da prática cotidiana.

Além da preparação inadequada dos docentes, outro entrave significativo é a resistência cultural que ainda persiste em muitas escolas. A adaptação curricular, em vez de ser vista como uma ferramenta de enriquecimento da

aprendizagem, é muitas vezes encarada como uma tarefa adicional, que exige esforço extra e, frequentemente, é tratada com desconfiança. Muitos educadores ainda veem a inclusão como algo imposta por uma legislação distante da realidade da sala de aula. Esse pensamento resulta em uma prática pedagógica limitada, onde adaptações são feitas de maneira superficial e pontual, sem engajamento real. A resistência à mudança está enraizada em paradigmas que persistem nas práticas escolares, e é necessário romper essa barreira para permitir que a inclusão não seja apenas uma obrigação legal, mas um compromisso genuíno com o aprendizado de todos os estudantes. Oliveira et al. (2022) ressaltam que é essencial um trabalho de sensibilização nas escolas, com o intuito de desmistificar a ideia de que a adaptação curricular é uma sobrecarga, e sim uma forma de ampliar as oportunidades de aprendizado para todos.

Outro fator que limita as adaptações curriculares é a infraestrutura deficiente das escolas brasileiras. Muitas unidades de ensino ainda convivem com um déficit significativo em termos de recursos materiais, tecnológicos e humanos. A falta de recursos didáticos adaptados, como softwares educativos, material em braille, ou mesmo equipamentos de apoio, torna a adaptação curricular um exercício de frustração, pois se esbarra nas limitações físicas da própria escola. Além disso, o número de alunos por turma, que é exorbitante em muitas instituições, dificulta o acompanhamento individualizado necessário para que as adaptações sejam feitas de maneira eficaz. Como aponta Souza (2021), a infraestrutura escolar é um dos pilares fundamentais para que a adaptação curricular se concretize de fato. Não adianta elaborar um currículo inclusivo no papel se a escola não dispõe de condições adequadas para implementar as mudanças necessárias. A estrutura física das escolas brasileiras precisa, urgentemente, ser revista para que os recursos e as práticas pedagógicas inclusivas possam ser integrados ao cotidiano escolar de forma plena.

Ainda, a flexibilidade do currículo escolar — um aspecto central para a adaptação — é frequentemente engessada pela rigidez dos conteúdos e pela uniformidade das avaliações. O currículo tradicional, com sua estrutura rígida e imutável, limita as possibilidades de adaptação. O ensino, que deveria ser dinâmico e atender às necessidades individuais dos alunos, muitas vezes se vê preso a uma sequência linear de conteúdos, que não considera as especificidades de cada estudante. As avaliações, por sua vez, seguem um padrão único que pode excluir ou desconsiderar os avanços de alunos com necessidades especiais. Como aponta Oliveira e Delou (2023), um currículo verdadeiramente inclusivo precisa ser flexível o suficiente para permitir que cada aluno tenha acesso ao conhecimento de forma equitativa, e isso não significa apenas aplicar ajustes superficiais, mas sim repensar o próprio formato de ensino e avaliação. A flexibilidade curricular é essencial para que o processo de adaptação seja eficiente, e não apenas um ajuste de "última hora", feito às pressas, sem um compromisso genuíno com a aprendizagem.

Por último, é importante destacar que a falta de uma política pública efetiva e integrada também contribui para a fragilidade das adaptações curriculares nas escolas

brasileiras. Embora existam algumas diretrizes e normas que incentivam a educação inclusiva, elas ainda carecem de um plano coordenado que envolva todas as esferas do governo, desde as políticas educacionais nacionais até as práticas pedagógicas locais. A inclusão de alunos com necessidades especiais não pode ser uma responsabilidade isolada de professores ou de escolas isoladas. Deve ser uma ação conjunta entre todos os agentes do sistema educacional, incluindo gestores públicos, educadores, famílias e a sociedade em geral. A implementação de um currículo inclusivo não será possível enquanto o sistema educacional não abraçar de maneira integrada essa responsabilidade, e enquanto as políticas públicas não se traduzirem em ações concretas que promovam as condições necessárias para a adaptação curricular. O trabalho de Andrade (2024) enfatiza a urgência de uma política pública que forneça os meios necessários para que as adaptações curriculares não fiquem restritas a iniciativas isoladas, mas sejam incorporadas ao plano de ensino como uma estratégia educacional permanente.

3.4 POSSIBILIDADES, ESTRATÉGIAS E BOAS PRÁTICAS

Quando se fala em adaptação curricular, não estamos apenas ajustando uma peça de mobiliário ou adaptando um jogo para que todos possam jogar. Estamos falando de transformar a própria estrutura da aprendizagem, de fazer com que o currículo seja como um rio que se adapta ao terreno, que vai se moldando conforme o caminho que precisa percorrer. Aqui no Brasil, muitas escolas têm experimentado essa flexibilidade, tentando encontrar maneiras de dar um verdadeiro significado à inclusão. Mas, como o poeta que tenta escrever um verso que faça sentido para todos, as práticas ainda são desiguais, com muito terreno a ser percorrido.

Uma das estratégias mais promissoras, segundo Oliveira (2022), é o planejamento colaborativo entre professores da educação regular e os de Atendimento Educacional Especializado (AEE). A ideia é simples, mas eficaz: trabalhar juntos para garantir que as adaptações necessárias sejam feitas de forma integrada, e não como algo isolado. Quando um professor de AEE se junta ao professor da turma regular, é como se eles formassem uma dupla imbatível, unindo forças para garantir que cada aluno tenha o seu aprendizado respeitado. E isso vai muito além de ajustes simples, como mudar a fonte ou o tempo de prova. Trata-se de adaptar metodologias, de trocar ideias sobre como ensinar de forma criativa, acessível e significativa para todos. O que os estudos de Godoy (2023) nos mostram é que quando essa parceria acontece de forma verdadeira, o impacto na aprendizagem do aluno é palpável, permitindo que os alunos com necessidades especiais se sintam mais integrados e mais confiantes para enfrentar os desafios da educação.

Outro ponto crucial para o sucesso da adaptação curricular é a utilização de tecnologias assistivas, que, como um par de óculos que clareia a visão de quem precisa, oferecem novas possibilidades para o aprendizado. Souza (2021) enfatiza que a tecnologia pode ser a chave para o acesso de alunos com deficiência, oferecendo soluções que

antes não estavam disponíveis. Ferramentas como softwares de leitura, teclados adaptados, recursos de áudio e vídeo, entre outras, podem tornar o conteúdo acessível de uma maneira que muitos não imaginavam ser possível. E, mais importante, essas tecnologias devem ser incorporadas ao currículo de forma orgânica, como parte do cotidiano escolar e não como algo excepcional ou isolado. A ideia é que as ferramentas sejam integradas de forma que todos os alunos possam se beneficiar delas, não apenas aqueles com deficiência. O que a pesquisa de Souza nos ensina é que a tecnologia não é uma solução mágica, mas uma aliada que, quando bem aplicada, pode nivelar as oportunidades de aprendizagem para todos.

A implementação do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), segundo Andrzejewski (2024), é outra estratégia que vem ganhando espaço nas discussões sobre a adaptação curricular. O DUA tem como princípio fundamental o planejamento de atividades que atendam a diversas formas de aprendizagem, levando em consideração as necessidades e os estilos individuais de cada aluno. Isso significa criar oportunidades de aprendizagem que sejam múltiplas, variadas e flexíveis, permitindo que cada estudante possa aprender de uma maneira que faça sentido para ele. O DUA não vê o aluno como alguém a ser moldado ao currículo, mas busca moldar o currículo às possibilidades do aluno. Isso vai desde a maneira como o conteúdo é apresentado, até a forma como ele é acessado e expressado, passando pelas avaliações. Para André (2024), é uma mudança de paradigma, onde o currículo não é mais visto como algo rígido, mas sim como uma ferramenta fluida, capaz de se adaptar aos estudantes e às suas necessidades.

Outro exemplo de boas práticas vem das escolas que têm buscado a formação contínua de seus professores. A formação, como a argila na mão de um escultor, é a base para a criação de práticas inclusivas eficazes. Gois (2024) argumenta que uma formação pedagógica sólida, que inclua conhecimentos sobre deficiências, transtornos de aprendizagem e metodologias de ensino diferenciadas, é essencial para garantir que os professores consigam implementar as adaptações de maneira competente. No entanto, a formação contínua não deve ser uma meta isolada, mas sim parte de um processo de aprendizado constante, onde a troca de experiências e a construção de saberes colaborativos se tornam práticas diárias. Quando um professor se sente preparado e apoiado em sua formação, ele transmite essa segurança para os alunos, criando um ambiente de aprendizagem mais acolhedor e inclusivo. A pesquisa de Oliveira et al. (2022) aponta que essa constante atualização e capacitação dos docentes é um fator determinante para o sucesso das adaptações curriculares.

Para que as adaptações curriculares se tornem uma realidade efetiva nas escolas brasileiras, é necessário que haja um movimento conjunto, onde gestores, professores e famílias caminhem lado a lado. A participação da família no processo de adaptação é outro ponto que merece destaque. Como apontado por Gois (2024), a escola deve ser um ambiente de parceria entre todos os envolvidos na vida do aluno, sendo a família peça-chave para garantir que as necessidades do estudante sejam atendidas de maneira

eficaz. Quando a família se engaja nesse processo, ela se torna aliada da escola, fornecendo informações valiosas sobre as necessidades do aluno, ajudando na implementação de estratégias e apoiando o aluno em casa. É a união desses diversos fatores — planejamento colaborativo, uso de tecnologias, desenho universal para aprendizagem, formação docente contínua e o apoio das famílias — que torna possível a construção de uma educação inclusiva verdadeira, onde todos os alunos, independentemente de suas dificuldades, possam aprender e crescer.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 PANORAMA DAS PESQUISAS BRASILEIRAS RECENTES

O cenário das pesquisas sobre adaptação curricular no Brasil tem mostrado avanços tímidos, mas consistentes. Ao longo dos últimos anos, especialmente após as regulamentações da Lei Brasileira de Inclusão (LBI), a questão da educação inclusiva tem ganhado visibilidade nas universidades e nos centros de pesquisa. Contudo, quando se olha mais de perto, percebe-se que o caminho ainda está repleto de obstáculos. Embora os estudos apontem para um aumento da conscientização sobre a necessidade de adaptar o currículo, a realidade escolar frequentemente esbarra na falta de formação adequada dos professores e na escassez de recursos materiais e tecnológicos. Segundo Oliveira (2022), a implementação da adaptação curricular enfrenta barreiras tanto de ordem estrutural quanto pedagógica. É como se houvesse uma grande muralha invisível entre o que se estuda e o que se pratica nas escolas. A literatura revela que a maioria dos estudos publicados está mais preocupada em diagnosticar as falhas do sistema educacional do que em oferecer soluções viáveis para os profissionais da educação.

Além disso, as pesquisas sobre o tema têm se concentrado principalmente em relatos de casos e estudos de práticas pontuais, o que limita a generalização dos resultados. Não se pode negar a importância desses estudos de caso, que trazem à tona as realidades específicas de cada escola e as dificuldades enfrentadas por professores e gestores ao tentar adaptar o currículo. Porém, como destacou Gois (2024), esses estudos ainda são, em sua maioria, episódicos e carecem de uma abordagem mais sistemática e longitudinal. Eles não conseguem capturar a complexidade das mudanças que precisam ser feitas a nível estrutural e, muitas vezes, falham em apresentar um panorama completo das possibilidades de adaptação curricular. O que se percebe é que, na maioria dos casos, as adaptações ainda são tratadas de maneira superficial, com pequenas mudanças em métodos e conteúdos, quando o que realmente se exige é uma reforma profunda e integrada do currículo escolar.

A reflexão sobre a educação inclusiva no Brasil tem se ampliado nas últimas décadas, mas a adaptação curricular como prática sistemática ainda é um campo em construção. Muitas das pesquisas mais recentes têm abordado as barreiras que os docentes encontram ao tentar integrar alunos com deficiência no ambiente escolar regular. No entanto, o que se observa é uma abordagem

centrada no déficit: em vez de enxergar a adaptação curricular como uma oportunidade de inovação, ela é frequentemente vista como uma tarefa árdua e um desafio adicional para os professores. Oliveira et al. (2022) apontam que, embora os professores reconheçam a importância de atender às necessidades específicas de seus alunos, muitos não sabem como aplicar efetivamente as adaptações necessárias. A falta de formação contínua e a resistência à mudança dentro das instituições de ensino são fatores que contribuem para essa lacuna. Se a adaptação curricular fosse encarada como uma prática criativa, com o potencial de transformar a sala de aula em um espaço mais dinâmico e inclusivo, talvez o processo fosse mais fluido e eficiente. No entanto, a realidade das escolas brasileiras ainda é um espaço de tensão entre o desejo de inclusão e a rigidez de um sistema que ainda não sabe como acolher de maneira plena a diversidade.

O conceito de “currículo inclusivo” tem sido revisitado em diversas pesquisas, sendo visto como uma ferramenta capaz de proporcionar um ensino mais equitativo para todos os alunos. A flexibilização curricular é apontada como um dos caminhos para que o currículo atenda às especificidades dos estudantes sem perder a universalidade. No entanto, o que se observa na prática é que essa flexibilização, quando ocorre, é muitas vezes limitada à adaptação de recursos didáticos ou à extensão de prazos para a entrega de tarefas. A verdadeira transformação curricular, que poderia permitir uma educação mais inclusiva e integrada, ainda parece estar distante. Andrade (2023) observa que a adaptação curricular deve ser vista como um processo contínuo e dinâmico, que requer revisão constante e envolvimento de todos os profissionais da escola. A ideia de que o currículo precisa ser adaptado de acordo com as necessidades de cada aluno deve se traduzir em uma prática mais abrangente, que envolva desde a mudança no planejamento de aulas até a reestruturação de avaliações, visando sempre garantir que todos os alunos, independentemente de suas condições, possam acessar o conhecimento de forma igualitária.

O estudo de soluções para superar essas dificuldades tem sido uma constante nos trabalhos acadêmicos mais recentes. As pesquisas indicam que o uso de tecnologias assistivas tem se mostrado promissor, porém, é necessário que as escolas possuam a infraestrutura necessária para implementar essas ferramentas de forma efetiva. Souza (2021) relata que, embora a tecnologia possa ser uma aliada poderosa no processo de inclusão, ela só terá efeito real se houver um planejamento adequado, formação contínua de professores e uma estrutura organizacional que favoreça seu uso. O uso de softwares de leitura, por exemplo, pode ajudar estudantes com dificuldades de leitura, mas esse recurso precisa ser introduzido dentro de uma estratégia pedagógica que leve em consideração as características de cada aluno. O que se percebe, muitas vezes, é que as escolas têm acesso a essas tecnologias, mas não sabem como utilizá-las da melhor forma possível. Para que a adaptação curricular se concretize, é preciso que os profissionais da educação vejam as tecnologias assistivas como mais do que uma ferramenta de apoio, mas como um componente essencial do currículo que pode transformar a aprendizagem de forma significativa.

4.2 PRINCIPAIS DESAFIOS IDENTIFICADOS

Nos últimos anos, o tema da adaptação curricular tem sido amplamente abordado na pesquisa educacional brasileira, com um crescente interesse pelo impacto que essas práticas podem ter sobre a inclusão de alunos com necessidades especiais. No entanto, ao mergulharmos nos estudos mais recentes, é notável que, apesar do aumento das publicações, a literatura ainda carece de profundidade em questões práticas, como a implementação efetiva das adaptações curriculares nas escolas. A maioria dos estudos ainda gira em torno de diagnósticos e propostas teóricas, sem uma análise mais robusta de intervenções concretas em salas de aula. Um exemplo claro disso é a pesquisa de Oliveira et al. (2022), que discute a falta de clareza entre os professores sobre a verdadeira aplicação de uma educação inclusiva, apontando que muitos ainda consideram a adaptação curricular uma tarefa opcional ou pouco necessária. A autora enfatiza que a prática docente precisa ser repensada para que haja uma verdadeira incorporação das adaptações curriculares ao cotidiano escolar.

Além disso, as pesquisas de Souza (2021) e Salgado (2020) indicam que a grande dificuldade está no treinamento contínuo dos professores, que muitas vezes não recebem a capacitação adequada para lidar com as especificidades dos alunos com necessidades especiais. A formação inicial, embora tenha avançado em algumas universidades, ainda é insuficiente para que os educadores sintam-se preparados para as demandas que surgem nas escolas. A falta de recursos pedagógicos e de apoio institucional reforça essa lacuna, criando um ciclo vicioso onde o professor se vê sem as ferramentas necessárias para adaptar o conteúdo de maneira significativa, o que acaba refletindo diretamente na qualidade do ensino oferecido aos alunos com deficiência. Em sua pesquisa, Salgado (2020) argumenta que, sem uma formação adequada e um apoio institucional estruturado, as boas intenções ficam à mercê das limitações das escolas.

Em contraposição a esse cenário, algumas iniciativas têm mostrado resultados promissores. O trabalho de Góis (2024) revela que, em algumas redes de ensino, a adaptação curricular tem sido incorporada de maneira mais eficaz, com a colaboração entre educadores e especialistas, como os profissionais de Atendimento Educacional Especializado (AEE). Essas parcerias são essenciais para a realização de adaptações significativas, que atendem às necessidades dos alunos sem desconsiderar o currículo comum. A colaboração entre os professores de classe comum e os de AEE, como destacou Góis (2024), tem se mostrado uma prática eficaz na personalização do ensino. Isso não apenas favorece a inclusão, mas também fortalece o papel da escola como um ambiente acolhedor e plural, onde a diversidade é tratada com respeito e compromisso.

No entanto, apesar de algumas práticas bem-sucedidas, o panorama geral da adaptação curricular no Brasil ainda é desigual. A pesquisa de Silva (2023) aponta que, enquanto algumas escolas conseguem promover adaptações curriculares mais consistentes, outras enfrentam grandes dificuldades, como a falta de estrutura

física e material, além de um número excessivo de alunos por turma. O estudo de Silva (2023) também aponta que a falta de políticas públicas mais incisivas e a carência de uma implementação uniforme dificultam a concretização das diretrizes legais, como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), que estabelece a educação inclusiva como direito fundamental. Nesse cenário, a inclusão educacional parece, muitas vezes, um conceito mais teórico do que uma prática consolidada, o que exige uma reavaliação das políticas educacionais para garantir que as escolas estejam de fato preparadas para atender a todos.

Ainda que as dificuldades persistam, é importante reconhecer que há uma crescente conscientização sobre a importância da adaptação curricular para o sucesso da educação inclusiva. O trabalho de Andrade (2022) mostra que as escolas que adotam uma abordagem mais flexível, com o uso de tecnologias assistivas e métodos diferenciados de avaliação, têm obtido resultados mais satisfatórios. Para Andrade (2022), a adaptação curricular não deve ser vista como uma alteração pontual, mas como parte de uma mudança mais ampla no sistema educacional, que reforce a inclusão de todos os alunos, independentemente de suas condições. Dessa forma, a adaptação curricular se torna não apenas uma ferramenta pedagógica, mas um reflexo de uma sociedade mais justa, onde a educação é, de fato, um direito universal.

4.3 POSSIBILIDADES E ESTRATÉGIAS PROMISSORAS

É inegável que a adaptação curricular, com seus desafios estruturais e conceituais, exige um olhar renovado para as práticas pedagógicas. As possibilidades de mudança estão no horizonte, mas é preciso coragem para atravessar a ponte entre a teoria e a prática. Recentemente, diversos estudos têm apontado estratégias eficazes que podem transformar o currículo tradicional, tornando-o mais acessível e inclusivo. Uma dessas abordagens promissoras é a criação de um currículo flexível, que permita aos professores adaptar o conteúdo conforme as necessidades de cada estudante. A ideia é que o currículo deixe de ser rígido como uma camisa de força e se torne um tecido maleável, capaz de se ajustar aos diferentes corpos de aprendizagem. Oliveira et al. (2022) argumentam que um currículo flexível é a chave para uma verdadeira inclusão, pois ele respeita o ritmo e as particularidades de cada aluno, permitindo que todos se sintam parte do processo de aprendizagem, sem perder o foco nos objetivos essenciais.

Uma estratégia que tem ganhado força nos últimos anos é a utilização de tecnologias assistivas, que representam um verdadeiro divisor de águas na adaptação curricular. A tecnologia, quando bem aplicada, tem o poder de remover barreiras e criar novas possibilidades de aprendizagem. O uso de softwares educativos, leitores de tela, legendas e aplicativos de comunicação alternativa tem se mostrado eficiente, especialmente para alunos com deficiência auditiva, visual ou cognitiva. Souza (2021) destaca que essas ferramentas não apenas facilitam o acesso ao conteúdo, mas também promovem a autonomia do aluno, ao permitir que ele interaja com o material de

forma independente. A tecnologia, então, deixa de ser um mero recurso e se torna uma extensão do aluno, um auxílio imprescindível na sua jornada educacional. Ao integrar essas ferramentas no cotidiano escolar, a escola pode, de fato, criar um ambiente mais democrático, onde todos os alunos têm as mesmas oportunidades de se expressar, aprender e crescer.

Além disso, a personalização do ensino tem se mostrado uma estratégia extremamente promissora para garantir que todos os alunos recebam o que realmente precisam para aprender. O conceito de "ensino personalizado" envolve a criação de planos de ensino adaptados às necessidades específicas de cada estudante, com base em suas habilidades e dificuldades. Esse processo exige uma avaliação contínua, em que os professores acompanham de perto o progresso de cada aluno e ajustam as estratégias de ensino de acordo. Como observa Gois (2024), a personalização não se resume a oferecer diferentes materiais ou atividades, mas a reconfigurar a própria dinâmica da sala de aula. O professor se torna um facilitador, alguém que sabe exatamente onde o aluno precisa de mais apoio e quando é o momento de deixá-lo seguir seu próprio caminho. Essa abordagem é fundamental para garantir que todos, sem exceção, possam acessar o conhecimento de forma plena e significativa.

Outra abordagem inovadora que merece destaque é a utilização de práticas colaborativas entre professores, alunos e famílias. Em vez de ser um processo isolado, a adaptação curricular deve envolver toda a comunidade escolar. A troca constante entre os docentes de diferentes disciplinas, o atendimento especializado, as famílias e os alunos tem se mostrado uma prática eficaz na implementação da educação inclusiva. Quando todos os envolvidos no processo educacional trabalham juntos, as chances de sucesso aumentam consideravelmente. Oliveira (2023) ressalta que o trabalho conjunto permite identificar soluções criativas e personalizadas para cada aluno, além de proporcionar um suporte emocional essencial para a aprendizagem. O currículo, nesse contexto, deixa de ser apenas um conjunto de conteúdos a serem transmitidos e se torna uma experiência compartilhada, onde todos estão comprometidos com o sucesso do aluno.

Por último, mas não menos importante, a formação contínua dos professores se mostra uma das principais estratégias para garantir que a adaptação curricular seja bem-sucedida. Não adianta ter boas práticas e políticas inclusivas se o professor não sabe como aplicá-las na sala de aula. A capacitação dos docentes em educação inclusiva e em estratégias de adaptação curricular é fundamental. A formação não deve ser pontual, mas contínua, permitindo que o educador se atualize e refine suas práticas. Como observam Salgado (2020) e Gois (2024), a mudança no currículo não se dará de maneira efetiva sem que os professores recebam o apoio necessário para compreender e implementar essas novas abordagens. A educação inclusiva exige que o docente se reinvente a cada dia, e isso só é possível com uma formação sólida, que vá além do conteúdo técnico e envolva também aspectos emocionais e sociais da educação. Portanto, investir na formação de professores é investir no futuro de todos os alunos, garantindo que cada um possa aprender com respeito, dignidade e igualdade.

4.4 REFLEXÕES INTEGRADAS

A adaptação curricular, quando bem aplicada, tem o poder de transformar a educação em um terreno fértil onde todas as sementes podem crescer, independentemente do tipo de solo em que são plantadas. Ela se torna, assim, mais do que uma exigência normativa; é um ato de verdadeira inclusão. No entanto, é preciso reconhecer que a adaptação curricular no Brasil, embora tenha avançado, ainda sofre com obstáculos que são difíceis de contornar. As políticas educacionais, por mais bem intencionadas que sejam, encontram resistência nas práticas diárias de professores que, muitas vezes, não estão adequadamente preparados ou apoiados para realizar as mudanças necessárias (Oliveira, 2022). Essa realidade cria um paradoxo: ao mesmo tempo em que há um discurso de inclusão, a prática escolar continua a ser, em muitos aspectos, uma terra de desigualdade. É como se estivéssemos tentando ensinar uma criança a nadar em um rio que não oferece as condições mínimas para isso, seja pelo clima, pelas águas turbulentas ou pela falta de orientação.

Esse dilema entre teoria e prática nos leva a refletir sobre a verdadeira natureza da educação inclusiva. A inclusão não se dá apenas pela presença física do aluno com deficiência na sala de aula, mas pela real participação deste aluno no processo de aprendizagem. O currículo, então, deve ser visto como um meio de acesso, não como uma barreira. A adaptação curricular, nesse sentido, não pode ser vista como um simples "ajuste" que acontece de forma pontual, mas como um processo contínuo de flexibilização, que envolve ajustes em métodos, avaliação, estratégias pedagógicas e, principalmente, nas atitudes dos educadores (Gois, 2024). Quando falamos de inclusão, estamos falando de um movimento que exige sensibilidade, mas também coragem para enfrentar as barreiras estruturais e ideológicas que ainda estão presentes nas escolas. A falta de recursos e a resistência das práticas tradicionais são algumas dessas barreiras que precisamos superar, pois sem o comprometimento das instituições, a adaptação curricular se torna apenas uma palavra bonita, que nunca alcança a realidade da sala de aula.

É necessário, portanto, que a adaptação curricular se torne uma prática sistemática, não mais uma exceção, mas uma norma. Para isso, a formação contínua de professores é crucial. Em muitos contextos, o docente, mesmo sendo o agente direto do processo de adaptação, se vê perdido em um labirinto de teorias e metodologias que não se conectam com a realidade da sala de aula. Salgado (2020) afirma que a formação inicial dos professores raramente aborda de maneira profunda as necessidades educacionais especiais e como adaptar o currículo de forma efetiva. Quando a capacitação ocorre, muitas vezes ela é superficial, focando em aspectos gerais, mas deixando de lado o aspecto prático da implementação das adaptações. Os professores precisam não só de conhecimento teórico, mas de práticas que possam aplicar de imediato, com apoio de recursos adequados e com a segurança de que a escola está pronta para receber a diversidade de alunos que chegam todos os dias.

Além disso, a escola precisa repensar sua estrutura física e organizacional. Não basta querer incluir todos, é preciso criar um ambiente onde essa inclusão seja viável. A estrutura física das escolas, muitas vezes, não favorece o trabalho de adaptação curricular. A falta de materiais adaptados, tecnologias assistivas e até a falta de espaços adequados para as atividades pedagógicas, como salas de apoio ou espaços para alunos com mobilidade reduzida, são desafios reais que impactam diretamente na prática da inclusão. O que se observa é que muitas vezes a intenção de incluir é sufocada pela falta de recursos e pela falta de um planejamento estratégico que envolva todos os setores da escola (Souza, 2021). A verdadeira adaptação curricular não se limita ao conteúdo, mas precisa também abranger o ambiente e as condições de ensino, o que exige um esforço coletivo de toda a instituição. Se as escolas querem, de fato, ser inclusivas, precisam transformar sua estrutura física, social e pedagógica para que todos os alunos, independentemente de suas necessidades, possam encontrar um espaço de aprendizado.

Portanto, a adaptação curricular não deve ser entendida apenas como um ajuste técnico, mas como um processo contínuo que envolve mudanças profundas nas práticas pedagógicas e na estrutura das escolas. A verdadeira inclusão escolar exige mais do que políticas públicas bem elaboradas; ela demanda uma mudança de mentalidade e de cultura nas instituições de ensino. Como lembra Oliveira et al. (2022), a adaptação curricular deve ser uma prática cotidiana, que dialogue com as necessidades do aluno e que seja sustentada por uma rede de apoio composta por professores, gestores e familiares. Quando todos esses elementos se articulam de forma eficaz, a adaptação curricular se torna um caminho para a criação de um espaço verdadeiramente inclusivo, onde a diversidade é não só aceita, mas valorizada. Assim, é possível transformar o currículo em um instrumento de inclusão que, mais do que adaptação, promove a equivalência de oportunidades para todos os estudantes, respeitando suas individualidades e oferecendo condições para que alcancem seu pleno potencial.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A adaptação curricular, mais do que uma necessidade, é uma verdadeira revolução silenciosa que vem ganhando forma nas escolas brasileiras. Ao longo deste trabalho, foi possível perceber que a implementação efetiva dessa prática não é apenas uma questão de ajustar o conteúdo, mas de transformar todo o contexto educacional. Quando falamos em adaptação, estamos falando de algo que vai além do simples "ajustar": é necessário repensar os métodos, as avaliações, a formação dos professores, os recursos pedagógicos e até as estruturas físicas das escolas. O que está em jogo não é apenas o direito à educação, mas o direito de todos os alunos aprenderem de acordo com suas condições e potenciais. Como bem destaca Gois (2024), a adaptação curricular não pode ser encarada como um fardo, mas como uma oportunidade de incluir todos os alunos de maneira significativa.

Entretanto, como ficou claro, a adaptação curricular no Brasil ainda enfrenta barreiras que dificultam

sua implementação de maneira plena. A falta de capacitação específica para os professores, o escasso investimento em recursos tecnológicos e materiais, e a resistência das instituições em mudar suas práticas, ainda são obstáculos concretos. No entanto, a presença desses desafios não deve ser vista como um impeditivo, mas como um chamado à ação. A reflexão aqui proposta serve para apontar que a mudança, embora difícil, é possível e necessária. É preciso que as escolas se tornem espaços mais fluidos, onde as diferenças não sejam vistas como problemas, mas como riquezas a serem aproveitadas, moldadas e acolhidas. E, para que isso aconteça, é fundamental que a adaptação curricular deixe de ser uma exceção, para se tornar a regra.

Em um Brasil onde as desigualdades ainda são profundas, a adaptação curricular assume um caráter urgente. Cada aluno é único, e sua trajetória de aprendizagem também deve ser única. Ao personalizar o ensino, ao flexibilizar a forma como o conteúdo é entregue, as escolas têm o poder de abrir portas que antes estavam trancadas para muitos estudantes. O processo de inclusão deve ser gradual e constante, sem pressa de alcançar um ideal, mas com o compromisso diário de melhorar as condições de aprendizagem para todos. Como sugerido por Oliveira (2022), a adaptação curricular deve ser encarada como uma prática cotidiana que se alinha não apenas à legislação, mas aos valores que a educação inclusiva defende. O currículo, nesse sentido, deixa de ser algo rígido e imutável para se tornar uma ponte que conecta os saberes de todos, independentemente das barreiras que possam existir.

Ao olhar para o futuro, é possível vislumbrar um cenário em que as adaptações curriculares estejam plenamente integradas ao cotidiano escolar, não como uma obrigação imposta, mas como uma prática valorizada, compreendida e aplicada por todos os envolvidos no processo educacional. Para isso, é preciso continuar investindo na formação dos professores, na criação de estruturas adequadas e no envolvimento da família e da comunidade. Quando todos esses elementos se unem de maneira estratégica, a educação inclusiva se torna uma realidade e o currículo se transforma em um verdadeiro instrumento de empoderamento. Que a adaptação curricular, portanto, não seja apenas uma mudança no conteúdo ou na forma de ensinar, mas uma revolução no modo como entendemos o papel da educação na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Afinal, como disse Paulo Freire, "educar é um ato de amor", e é justamente esse amor que devemos traduzir no nosso compromisso diário com a inclusão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, R. S. *A tecnologia assistiva no cenário educacional brasileiro*. [S. l.: s. n.], 2025.

ANDRZEJEWSKI, E. *Adaptações curriculares e desenho universal para a aprendizagem no contexto da inclusão*. [S. l.: s. n.], 2024.

GODOY, P. **Estratégias de adaptação e flexibilização curricular.** [S. l.: s. n.], 2023.

GOIS, T. A. de. Adaptação Curricular: uma revisão sistemática. **Revista Foco**, [S. l.], 2024.

OLIVEIRA, M. G. A. de; SANTOS, Á. L. C. Cruz dos; FALCÃO, G. M. Belém. Flexibilização curricular e a inclusão de alunos com deficiência: percepções de professores do ensino fundamental na cidade de Acopiara-CE. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 11, n. 7, e49411730223, 2022.

OLIVEIRA, W. M. de; DELOU, C. M. C. Práticas curriculares no âmbito da educação inclusiva: acessibilidade curricular, adaptação curricular e terminalidade específica. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 36, 2023.

SILVA, W. S. **A importância da adaptação curricular para a inclusão de pessoas com deficiência.** [S. l.: s. n.], 2025.

SOUZA, M. M. T. **Acessibilidade curricular para estudantes com deficiência:** contextualização e reflexões com base na legislação brasileira (1988-2020). [S. l.: s. n.], 2021.